



## MODELO ORGANIZACIONAL DE PARTIDOS POLÍTICOS NA INTERNET: um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores <sup>1</sup>

*Adriane Figueirola Martins* <sup>2</sup>

---

**Resumo:** Grande parte das pesquisas sobre internet e política em nível nacional e internacional discute o assunto sobre dois ângulos: 1) a democratização da informação através da internet; 2) o site como estratégia para campanhas políticas. Mesmo depois de uma década, as investigações ainda são incipiente sobre este campo de estudo, ainda não tiveram um avanço significativo. Sendo assim, os sites de partidos políticos podem ser vistos como uma janela para entender o partido, um lugar de fala do partido para seus diferentes públicos. Para isso, o presente artigo se propõe estudar o modelo organizacional de partidos políticos através da teoria apresentada por Panebianco (2005), Para fins ilustrativos, será analisado brevemente o website do Partido dos Trabalhadores (PT).

**Palavras-Chave:** Estrutura Organizacional 1. Partido dos Trabalhadores 2. Website 3.

---

### 1. Introdução

A pesquisa sobre os websites dos partidos não é nova, os primeiros trabalhos publicados sobre o tema datam da metade da década de 1990 e, desde então, um volume considerável de livros e artigos científicos foi publicado sobre o tema. Outro sintoma da importância que o tema obteve como objeto de pesquisa é a expansão geográfica na qual ele tem sido investigado. Originalmente desenvolvida nos Estados Unidos e no Reino Unido, a pesquisa sobre os websites de partidos políticos foi realizada por pesquisadores de diferentes

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Internet e Política do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Gama Filho. E-mail: adrianemartins@gmail.com

países, situados na Europa continental (França, Itália, Alemanha, Noruega), Oceania (Nova Zelândia e Austrália), América do Norte (Canadá) e, mesmo, no Brasil.

Os sites de partidos políticos oferecem um novo e estimulante campo de investigação. Até o momento, a maior parte da produção sobre o assunto julgam os sites do ponto de vista do seu potencial para promover a democratização política (quer através de uma participação mais direta dos membros comuns e eleitores nos debates do partido, quer através de uma equalização das condições de comunicação política entre os partidos), ou de um ângulo estratégico, como instrumentos que permitiriam ao partido incrementar a sua comunicação com os eleitores.

Desta forma, o artigo tem como propósito fundamental apresentar de maneira crítica o site como um lugar para o partido se estruturar organizacionalmente. Nesse sentido, a pesquisa se propõe estudar brevemente o site do Partido dos Trabalhadores sob uma perspectiva organizacional. Mais especificamente, o site será visto como uma janela para entender as questões relativas ao modo de organização do Partido. Para isso, será desenvolvida uma reflexão sobre o partido como organização, a partir do ponto de vista de Panebianco (2005).

## **2. Modelo Organizacional de Partidos**

Para analisar o site a partir da sua estrutura organizacional é imprescindível que se desenvolva uma reflexão sobre o partido como organização. O autor de referência para este debate será Panebianco (2005), utilizando também os pressupostos teóricos de Robert Michels (1982) e Maurice Duverger (1957).

Michels (1982) traça uma discussão sobre a formação dos partidos modernos. Para ele dois personagens são importantes na formação deste tipo de partido: 1) as massas; 2) os chefes. Para o autor, os partidos modernos são formados por uma massa, que é comandada por um chefe, muitas vezes, em momentos de protestos, dependendo da causa, a massa poderá abandonar o seu chefe. Michels (1982, p.18) relata que “o princípio democrático garante a todos, na gestão dos interesses comuns, uma influência e uma participação iguais”,

por outro lado, a coletividade não tem condições de resolver os problemas do partido, muitas vezes, a multidão anula a opinião do indivíduo. A estrutura organizacional dá ao partido uma estrutura sólida, dividindo-o em minoria dirigente e maioria dirigida, por exemplo. Neste caso, o chefe é um empregado que é comandado pelas massas, Com o crescimento do partido, esta estrutura tende a terminar.

Nas histórias dos partidos democráticos as massas são responsáveis por eleger os chefes e, desta forma, são obrigados a obedecê-los. Para Michels (1982, p. 65) um dos defeitos da democracia é a falta de estabilidade, “um partido que muda com muita frequência seus chefes corre o risco de não poder, no momento oportuno, contrair alianças úteis”. Em partidos, “onde a organização e a força do partido ainda são fracas, a influência do chefe é direta e pessoal” (MICHELS, 1982, p.83). A massa sente necessidade de curva-se aos indivíduos que os representam.

Seguindo os estudos de Michels (1982), Duverger (1957) desenvolve a discussão sobre a divisão dos partidos em: partidos de quadros e partidos de massa. Para apresentar este estudo, o autor discorre sobre o significado de membro, os quais são as pessoas que compõem o partido, são as pessoas ativas, porém, estes se distinguem dos simpatizantes. Mais adiante, Panebianco (2005) aperfeiçoa o significado e os classifica de militantes. A evolução de membros deu origem ao que Duverger (1957) chama de partidos de quadros e de massas. A distinção entre ambos está relacionada à estrutura, e não ao tamanho do partido. O primeiro se refere ao partido em que sua formação está diretamente ligada ao prestígio do membro, é denominado como partido de direita, composto pela sociedade burguesa, é descentralizado. Diferente, o segundo tipo, o público é atuante, o prestígio não é levado em consideração como nos partidos de quadros. Enfim, o partido de massa se enquadra como partido de esquerda, é centralizado e formado por proletariados, sendo bastante aceito nas classes populares.

Alguns críticos não concordam com o modelo analítico de Duverger (1957), quando ele refere-se aos partidos de massa como partidos modernos, já que nessa referência se enquadrava somente os partidos europeus, o tipo americano era deixado de lado (MENEGUELO, 1989). Por outro lado, os partidos de esquerda se correlacionam às principais características dos partidos de massa de Duverger, tais como: origem externa

(organizada a partir de movimentos sociais); organização interna intensa (formada por seções (órgão socialistas) e células (órgãos comunistas); forte articulação estrutural; centralização nacional (distribuição do poder era centralizada entre as lideranças partidárias); rigoroso requisito para filiação (era necessário um envolvimento do membro com o partido); presença de doutrinário (participação do membro nas atividades do partido); relação entre as lideranças e os parlamentares. (MENEGUELO, 1989). Por este motivo que as críticas de certos autores não tiveram grande importância, uma vez que os partidos de esquerda se aproximam do modelo analítico de partido de massa proposto por Duverger. Para Meneguelo (1989, p. 35), Duverger, em seu livro, não deixa clara a definição de partido, mas em outro trabalho é possível encontrar “que sua noção de partido de massas/partido moderno confere grande importância à ideologia de esquerda”. Sendo assim, o partido de massa/partido moderno sugere um envolvimento do membro com o partido, estes surgiram de movimentos operários, e sua estrutura é composta por uma complexidade organizacional e burocrática.

Considerando que estes autores foram os gestores desta discussão, Panebianco (2005) ainda vê os estudos sobre as abordagens organizativas de partidos políticos como incipientes. O autor leva em consideração que para entender um partido é necessário conhecer a estrutura e a forma como o poder é distribuído dentro da organização. Segundo ele, isto acontece devido a dois problemas: o preconceito sociológico e o preconceito teleológico.

O preconceito sociológico considera os partidos políticos como meras manifestações de interesse de grupos sociais específicos. A partir deste ponto de vista, os partidos se dividiram em “Partidos Operários”, “Partidos Burgueses” ou “Partidos Camponeses”, de acordo com a base social de seus membros e/ou eleitores. A base social deve ser levada em consideração para entender o desempenho do partido político, o preconceito sociológico acaba simplificando este papel, de modo que o partido passa a ser visto pela face política de interesses sociais mais profundos. Por outro lado, o preconceito teleológico julga o partido a partir de seu propósito fundamental. Há duas versões em relação a este preconceito. A primeira se concentra no objetivo específico de cada partido, neste sentido, a ideologia do partido é a melhor forma de julgá-lo. Por exemplo, o Partido Verde, sua ideologia está na defesa de causas ecológicas. A outra versão está relacionada ao objetivo genérico do partido,

como a vitória eleitoral, conseqüentemente, a conquista do governo. Para o autor, este modelo ainda apresenta limitações, já que não explica o correto funcionamento dos partidos, e, sim, enfoca em objetivos predeterminados. Em ambos os preconceitos, o que deveria ser considerado um problema é tratado pelo autor como dado da investigação.

Além dos preconceitos sociológico e teleológico, Panebianco (2005) propõe entender os partidos a partir de quatro dilemas organizativos. O primeiro dilema apresenta uma distinção entre o modelo organizacional e o sistema natural. No modelo organizacional, a organização busca atender os objetivos mais específicos. Diferente disso, no sistema natural é levado em consideração que haja um equilíbrio entre as diferentes demandas. Para o autor, deve-se levar em consideração os “objetivos oficiais” já que estes são fundamentais para manter a identidade da organização, por outro lado, nem sempre há acordo entre os agentes para implementar os objetivos os quais a organização deverá seguir.

O segundo dilema diz respeito aos incentivos coletivos versus incentivos seletivos: no primeiro, os benefícios ou promessas são distribuídos para todos os participantes. Já no segundo existe uma restrição, a distribuição é somente para alguns participantes, normalmente, ocorre de forma desigual. Os incentivos coletivos podem ser classificados de três tipos: incentivo de identidade (identificação com a organização), incentivo de solidariedade (solidariedade com outros participantes) e incentivo ideológico (identificação com uma causa do partido). Os incentivos seletivos estão relacionados ao poder, status, e, principalmente, à disputa por controle de cargos. Em suma, nos incentivos seletivos a organização tem um caráter mais burocrático e hierarquizado. E os incentivos coletivos se referem, sobretudo, a incentivos de solidariedade e ideológicos. Sarti (1996) acredita que Panebianco (1995) percebe que a ideologia é uma característica relevante para a identidade coletiva dos partidos socialistas e comunistas. Os incentivos coletivos e seletivos colaboraram para explicar a forma de como são organizadas as lealdades dos eleitores fiéis. Partidos de classes burguesas possuem menos militância, contudo, menos participação que os partidos populares. O eleitorado fiel é o que mais se integra ao partido. Por outro lado, temos no partido aqueles participantes que somente pagam a cota de filiação, chamado de “defensores” por Panebianco. Já o núcleo participante do partido (“núcleo duro”) reúne os mais ativos, alguns dedicam mais tempo livre ao partido, principalmente em período eleitoral.

Este grupo, com sua intensidade participativa, acaba influenciando no desenvolvimento organizativo do partido.

Dentro do partido existe uma hierarquia, uma divisão interna de trabalho, importante para a distribuição de incentivo seletivo. Cada militante se identifica com um determinado tipo de incentivo, uns se aproximam mais do tipo carreiristas (os que querem uma carreira dentro do partido) e outros do tipo crente. Porém, o autor afirma que o militante crente é o mais encontrado, é alguém que se identifica com a ideologia do partido, mas, não se envolve nas atividades organizativas.

O terceiro dilema explica a forma como os partidos lidam com seus ambientes externos. Panebianco (1995, p. 22) discute a adaptação ao ambiente versus o predomínio e duas questões são apresentadas: a primeira, “o ambiente influencia a organização” e, a segunda, “como a organização modifica o ambiente”. A forma de dominação ou adaptação vai depender das características do ambiente. Em ciência política, a arena eleitoral é o ambiente de adaptação do partido. Cada partido possui diferentes estratégias de domínio do ambiente externo, tentando adaptá-los de alguma forma, já o objetivo do partido é definir a sua função; o “território de caça”. Cada organização estabelece a própria identidade organizativa, seja externa (pessoas que não participam da organização) ou interna (pessoas que participam da organização).

O último dilema refere-se à liberdade de ação em relação às necessidades organizativas do partido. Cabe aos líderes definir a liberdade de ação em relação às decisões de ordem interna do partido. As reações dos adversários limitam as massas de manobras dos líderes, e para manter uma relação com outras organizações é importante que haja uma maleabilidade para que a organização se mantenha. Para isso, é interessante trabalhar com uma liberdade de manobra ampla para que as estratégias de domínio possam ser alternadas, ao contrário, se a liberdade de manobra for restrita poderá não alcançar as estratégias estabelecidas.

A ordem organizativa irá variar de partido a partido, a história passará pelo ambiente de atuação. Para descrever a hipótese de evolução organizativa, Panebianco (2005) adota duas teorias: a primeira é baseada em Michels (1982, p. 34-35), que aborda o desenvolvimento oligárquico dos partidos. Um partido parte de uma base genética, pensando

em uma realização de causa, após uma base sequente “a) crescimento das dimensões do partido; b) a burocratização; c) a apatia dos inscritos depois da entusiástica participação inicial; d) a vontade dos dirigentes em preservar o próprio poder transformam o partido numa organização cujo o fim real é a sua própria organização, a sobrevivência organizativa.”. A segunda teoria inspira-se na teoria apresentada por Alessandro Pizzorno, na qual descreve o desenvolvimento da participação política baseada na distinção sociológica, entre os “sistemas de solidariedade” e “sistema de interesses”. No sistema de solidariedade em uma comunidade, os interesses dos participantes devem ser iguais. No sistema de interesse é diferente, pois os objetivos não são iguais. No primeiro sistema prevalece a cooperação. Diferente, no segundo é a competição. Considerando o partido uma organização, este se enquadra ao sistema de solidariedade, já que seu objetivo é a participação igual do cidadão. Porém, com o seu desenvolvimento, acaba transformando-se em um sistema de interesse, dependendo do partido acontece uma participação profissional.

Para falar de poder organizativo, Panebianco (2005) se espelha na Lei férrea da oligarquia, tese apresentada por Michels para explicar o poder organizativo. Alguns seguidores da teoria de Michels veem o poder com propriedade. Na questão organizativa, interpreta-se que o poder está literalmente nas mãos dos líderes políticos do partido. Na concepção de Michels, a teoria buscava apresentar um modelo de democracia possível (SARTI, 1996).

Ostrogorki, em 1902, e Michels, em 1911, foram os primeiros autores a discutirem o partido como “organismos complexos e diferenciados”. A obra do primeiro autor traçava uma discussão sobre os partidos ingleses e americanos. O segundo autor buscou apresentar uma reflexão sobre a democracia interna dentro das organizações complexas (SARTI, 1996). Para Panebianco, as teses apresentadas por Michels são insuficientes para explicar o poder organizativo.

Para falar de poder organizativo, o autor fala de dois tipos de líderes: os líderes (poder horizontal) e os seguidores de líderes (poder vertical), sendo o sistema de troca diferente em cada caso. Através da teoria dos incentivos podemos entender a relação de troca, já que ambos estão relacionados, sejam eles coletivos ou seletivos, por participação. De um lado se oferecem benefícios ou promessas de benefícios futuros. Quanto mais os líderes



tiverem liberdade de manobra, mais condições terão de manter a ordem organizativa do partido.

Outro elemento que Panebianco menciona é a coalizão. As coalizões dominantes formadas pelos partidos dependerão do tipo da organização. A principal diferença se dá com aqueles partidos que são divididos em Facções ou em Tendências. Existem dois tipos: As facções que vão do vértice à base, conhecida como facções nacionais, e, as facções que ficam concentradas nas periferias dos partidos. As coalizões tanto coesas como divididas dependem da estrutura organizacional dos grupos. Mesmo assim, uma coalizão dominante coesa tende a ser mais estável.

Para entender melhor como os partidos lidam com os dilemas é preciso considerar o desenvolvimento organizativo. Para isso, dois conceitos são fundamentais: o modelo originário e o modo de institucionalização. No modelo originário três variáveis são consideradas: 1) a oposição entre penetração territorial (quando o partido a partir de um centro se difunde para a periferia) e a difusão territorial (quando o partido surge a partir de grupos locais); 2) a presença ou ausência de uma instituição que patrocine o partido; 3) influências de líderes carismáticos na formação do partido. Em relação à institucionalização, Panebianco (1995) propõe que a estrutura seja em torno de duas dimensões: a primeira se refere ao grau de autonomia do partido para desfrutar da relação com seu ambiente externo (quando ele depende ou não de outra organização). O segundo se refere ao grau de sistematização, ou seja, integração entre os subsistemas que compõem o partido.

O partido apresenta uma estrutura que se encontra em constante evolução. Dois aspectos são discutidos: 1) o modelo originário; 2) a formação do partido. O primeiro dependerá do nascimento e desenvolvimento do partido, já que todo o partido traz a marca de seus fundadores. Para Panebianco (1995), a teoria sobre a evolução dos partidos parou no debate de Duverger sobre partidos externo (partidos de massa) e interno (partidos parlamentar). O segundo apresenta um debate sobre a formação dos partidos, estes são formados por um grupo de políticos. Três fatores implicam no desenvolvimento deste tipo de organização: 1) o desenvolvimento da organização (a criação pode ter ocorrido por difusão territorial (quando acontece conflitos de lideranças, a estrutura é descentralizada e a coalizão dominante é dividida) ou por penetração (quando o centro do partido é coeso desde o início,



formando uma futura coalizão dominante); 2) a presença ou ausência de um instituição externa; 3) a existência de lideranças na formação do partido (uma liderança carismática pode influenciar no modelo originário).

Na fase genética, em algumas organizações é o líder quem define as metas ideológicas, desta forma selecionando o território de caça. A zona de incerteza dependerá do grau de institucionalização do partido, sempre terá fatores que ameaçam a estabilidade interna do partido, “a estabilidade interna dependerá de como estes fatores 'zonas de incertezas' são conduzidos e controlados na relação com as bases” (SARTI, 1996, p.5 ). Para a negociação é importante que haja o processo de distribuição de recursos para que os incentivos de mobilização e participação sejam coletivos (de identidade) ou seletivo (status). Sendo assim, “a institucionalização é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido”. (PANEBIANCO, 2005, p.100). Dois processos provocam a institucionalização de um partido: a) o desenvolvimento de interesses (para a sobrevivência da organização, é necessário que haja uma distribuição de seletivos, ou seja, distribuição de cargos para alguns de seus membros); b) desenvolvimento de lealdade (distribuição de incentivos coletivos (processo de formação de identidades). A institucionalização do partido é o processo de maturidade, podendo ser debatida a partir de duas dimensões: 1) o grau de autonomia do ambiente; 2) grau de sistemicidade. Na primeira, a organização é controlada de forma forte (controla fontes de financiamento e possuem uma burocratização forte, por exemplo, os partidos de massa). A autonomia fraca (depende de grupos de interesse para o financiamento). O segundo se refere à coerência da estrutura interna da organização, sendo dividido em grau de sistemicidade baixo (quando subunidades são quem controlam, sem depender do centro da organização), e sistemicidade alta (o controle é centralizado, há um controle das zonas de incertezas).

Nas organizações com institucionalização forte, as mudanças são mais lentas, já que é mais burocratizado e centralizado, grupos externo não ocupam papéis importantes, uma vez que as zonas de incertezas são fortemente controladas por haver distribuição de incentivos, pois possui um caráter coeso da coalizão dominante, o recrutamento das elites acontece de forma centrípeta.

Ao contrário, as organizações com institucionalizações fracas permitem experimentar mudanças, agentes externos estão mais propícios a participar dos partidos ocupando cargos diretivos, as zonas de incertezas não são tão controladas porque não há uma distribuição de incentivos, isso faz com que o recrutamento seja de forma centrífuga. Logo, o modelo originário poderá influenciar o grau de institucionalização do partido.

De acordo com as modificações externas, o grau de institucionalização do partido pode variar (SARTI, 1996). O grau de institucionalização depende do tipo de modelo genético que originou o partido. Como Panebianco (1995) considera a classificação de Duverger insuficiente, apresentou três fatores para falar do modelo de código genético a partir do seu ponto de vista, são: 1) a forma de constituição do partido por penetração territorial (o centro do partido é responsável por controlar as associações periféricas) ou difusão territorial (o partido nasce de associações locais e depois se insere em nível nacional); 2) a presença e a ausência de um agente externo, ou seja, a presença ou ausência de um líder carismático. Para Sarti (1996), as características apresentadas ajudam Panebianco a formar o tipo ideal da evolução do partido. Para isso, foi necessário que Panebianco usa-se como base a teoria da oligarquia, de Michels e a teoria do desenvolvimento da participação política de Pizzorno.

No Brasil, estudos que discutem os partidos políticos através de uma estrutura organizacional são raros, ainda estão em fase embrionária. Uma exceção é o estudo de Braga (2008) sobre o processo de seleção para deputado federal por cinco partidos (PP, PFL, PMDB, PSDB, PT) no Estado de São Paulo. A autora apresenta três variáveis: 1) quem pode ser candidato; 2) quem os seleciona; 3) método de seleção. Para Braga (2008), diferente do que outros autores afirmam, os partidos brasileiros têm alto grau de influência sobre a seleção de candidato. Considera os partidos individualistas, devido ao sistema de lista aberta, o candidato acaba tendo pouco comprometimento com o partido. Seguindo nesta linha de raciocínio, os partidos de esquerda tendem a ter uma postura menos autoritária, enquadrando-se aos incentivos coletivos, são considerados mais democráticos que os partidos de direita.

Tomando como ponto inicial as teorias discutidas acima, Lacerda (2002) divide os partidos políticos em 4 tipos: 1) o oligarquizado apresenta pouca participação dos filiados nas decisões do partido. Por exemplo, no Brasil, o partido dos Democratas apresenta uma

organização no qual as decisões são tomadas pela cúpula do partido. A arena é representada pela liderança central do partido; 2) o centralizado-inclusivo possibilita o direito dos filiados participarem do partido. Existe uma competição entre os grupos e as lideranças internas. O PMDB é um partido que se assemelha a estas características, ao mesmo tempo que existe participação, em outros momentos há competições bastante desordenadas entre os grupos; 3) o centralizado-competitivo possibilita participação, mas impõe algumas restrições aos filiados. O PSDB é um partido que se aproxima bastante desta característica, apesar de apresentar um grande número de filiados com direitos, nem todos efetivamente se envolvem com o partido; 4) o inclusivo-competitivo apresenta alto índice de participação. Todas as facções têm direito de conquistar os votos dos filiados. O PT apresenta as características citadas (LACERDA, 2002).

Como a presente pesquisa pretende analisar as estruturas organizacionais dos sites dos Partidos dos Trabalhadores, é necessário conhecer a relação entre o tema internet e partidos políticos com base nos autores estudados acima. Römmele (2003) traça uma discussão bastante sofisticada sobre este aspecto. Para a autora, não é possível analisar somente o papel desempenhado pelo site como um modelo único, mas sim se deve investigar a partir dos objetivos do partido. Nesta mesma linha de raciocínio, Ström (1990) reformula os objetivos primários dos partidos, apresentando três tipos: 1) partidos em que o objetivo está no sucesso eleitoral (*vote-seeking partie*), que para Downs (1990) este é o objetivo central de um partido; 2) partidos em que seu objetivo é a conquista de cargos políticos, participar de coalizões governamentais (*office-seeking parties*); 3) partidos com ênfase em políticas (*policy seeking parties*), neste, o principal objetivo é a influência nas políticas públicas. Além destes três tipos, Harmel e Janda (1994), apresentam um quarto tipo: maximizar a democracia intra-partidária, ou seja, representar os interesses dos membros dos partidos. Römmele sugere que partidos com objetivos primários terão que usar diferentes estratégias em seus sites, tais como: Partidos que buscam votos terão que usar uma estratégia de cima para baixo, devem dirigir o conteúdo diretamente aos seus eleitores, o enfoque do site deve ser nos candidatos e nas lideranças do partido; os partidos que buscam cargos deverão usar a mesma estratégia, porém devem atrair os partidos nos quais desejam formar coalizões; partidos que buscam

políticas específicas, além de desejarem cargos, desejam que os mesmos apresentem resultados.

### **3. Estrutura organizacional do Partido dos Trabalhadores**

Afim de ilustrar a aplicação em relação ao enfoque organizacional, utilizaremos o site do Partido dos trabalhadores para ilustrar. Uma vez que o site oferece pistas importantes para entendermos a estrutura organizacional do partido.

Com a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista em 1978, os sindicalistas acabaram seguindo outro rumo. A mudança do meio sindical influenciou na organização do Partido dos Trabalhadores, e lideranças dos movimentos sociais e de intelectuais também estiveram presentes na formação desta organização. O PT tinha como objetivo intervir na vida social e política do Brasil, com o intuito de transformá-la. Não queria ser um partido que aparecesse somente em época de eleições.

Depois do regime militar de 64, as entidades sindicais sofreram com algumas represálias, alguns líderes foram cassados. Isto se deu pelo movimento ter estado bastante fragilizado nos anos 50 e início dos anos 60, neste momento o regime militar reprimiu e reorganizou os sindicatos de acordo com os pensamentos das autoridades da época. Nesta fase, os sindicatos apenas prestavam serviços assistencialistas. Estes acontecimentos levaram os trabalhadores a perder “o seu mais poderoso instrumento de luta: o direito de greve” (MENEGUELLO, 1989, p. 44). As greve de 1978, 1979 e 1980, representaram uma nova tendência do movimento sindical. A greve de 1978 foi de grande representação para os trabalhadores, nela houve o debate de uma regulamentação trabalhista, possibilitando que houvesse reajuste salarial para os trabalhadores das 30 empresas metalúrgicas. As outras greves ajudaram para que o novo sindicalismo desenvolva-se força política. Além do novo sindicalismo, outra tendência também tinha força: a unidade sindical. No processo de redemocratização política, o novo sindicalismo redefiniu suas estratégias com o intuito de fazer parte da arena política. Uma forma de participar de lutas pela democratização do país, já que o movimento representava várias classes operárias, elemento que o caracteriza como partido de massa. Nos primeiros documentos do partido estava claro que não seria apenas

formado por sindicalistas, e sim com a participação dos trabalhadores assalariados. A mobilização para a formação do PT partiu dos Estados do sul e sudeste, no sudeste, no Estado São Paulo. Quem encabeçava a liderança era Luís Inácio da Silva: o Lula. Nesta época, Lula era presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema. Em uma reunião entre Lula, Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso foi acordada a participação de políticos do MDB na formação do PT. O PT foi oficialmente fundado em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion em São Paulo, estavam presentes 750 líderes e 14 parlamentares do MDB. Desde a sua formação, o PT paulista contou com um grupo de sindicalista que participava desde o início. Este grupo era majoritário, possuía 50% dos membros, o restante era dividido em 25% de grupo de esquerda, 13% parlamentares, 12% movimentos parlamentares. Em 1982, o partido participa das eleições, neste momento também começa a fase de institucionalização do partido, movimento para realizar o registro oficial do partido. Em setembro de 1981, o PT tinha 5 deputados federais e 27 vereadores em nível municipal. O PT é um exemplo do que Michels chama de partido moderno, e Duverger chama de Partido de massa, sua formação não teve origem parlamentar, e sim, apoio de sindicalistas, movimentos sociais, intelectuais e pessoas ligadas à igreja católica. Outro elemento que caracteriza o PT como partido de massa é a democracia de participação dos membros nas políticas internas. Este ponto está descrito no estatuto, nos artigos 9 e 10 do PT, que o compromisso do filiado é a participação efetiva nas atividades do PT, além de uma contribuição financeira mensal (MENEGUELLO,1980).

O PT teve um crescimento crescente. Nas eleições para deputado federal de 1986 foram 16 eleitos, nas eleições de 1990, foram 35 deputados federais. No pleito de 1994, o número aumentou para 49, em 1998 foram 58. Em 2002, foram 91 eleitos, nas eleições de 2006 houve uma redução para 83 eleitos, tendo um aumento no último pleito, em 2010, para 88.

Para senador, nas eleições de 1986, o PT não elegeu ninguém. Porém, nas eleições de 1990, o partido teve 1 eleito. Nas eleições de 1994 houve 1 senador eleito. Em 1998, houve um aumento para 3 senadores. Nas eleições de 2002, o número aumenta para 10, e em 2006

somente 2 são eleitos, e em 2010 esse número aumenta para 11 eleitos<sup>3</sup>. O aumento do número de eleitos deve-se à forma de construção do partido, em entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo<sup>4</sup>, especialistas como André Singer e Maria D'alva Kinzo comentam que duas características diferenciam o PT dos outros partidos: a primeira é a estrutura de um partido de massa, um organização de baixo para cima, e a segunda é a estratégia oposicionista que colaborou para a consolidação da atual imagem do partido. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, mesmo o partido tendo perdido apoio durante o mensalão, a reeleição do presidente Lula é um exemplo de recuperação, hoje é considerado o partido de preferência de 25% dos eleitores<sup>5</sup>. Na década de 1990, o PT tinha força nos Estados do sul e do sudeste, nos outros anos ocorreu um aumento no norte, nordeste e centro-oeste. Em resumo, o PT se estruturou em uma concepção de bases, mas se torna governo somente nas eleições de 2002, quando o partido redefine suas alianças.

Após termos mencionado a estrutura de formação base do partido, que pode ser encontrada no estatuto do PT disponível no site através do link “documentos”, vamos entender a estrutura organizacional do Partido dos Trabalhadores de uma forma mais detalhada, quando será realizada uma análise através de duas partes: 1) forma; 2) conteúdo. Em relação à forma, os seguintes itens serão levados em consideração: 1) Estética (Design e identidade visual); 2) acessibilidade; 3)atualização do site; 4) links; 5) recursos multimídia; 6) redes sociais. E no conteúdo serão analisados elementos tais como: a) textos; b) documentos. Estes darão suporte para entendermos a formação da estrutura organizacional do partido em questão.

Na parte superior, o site apresenta a navegação global, esta é representada pelos seguintes links: capa do sítio, o partido, no governo, no parlamento, secretarias, especiais, fundação Perseu Abramo. Cada link é desdobrando por outros submenus. Abaixo, um banner em formato de link que leva para uma página sobre a reforma estatutária. Ao lado deste, um

---

<sup>3</sup> Os dados referentes as eleições de 1986, 1990, 1994 e 1996 foram apresentados na pesquisa de Tarouco (1999). Já os dados das eleições de 2002, 2006, 2010 foram retirados dos sites Uol/Folha. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/raio-x/deputados-federais-eleitos/composicao-congresso>. Acessado em: 01 Nov 2010.

<sup>4</sup> Material disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/776148-organizacao-de-massas-explica-popularidade-do-pt-dizem-especialistas.shtml> Acessado em: 02 Nov 2010.

<sup>5</sup> Informações retiradas do site Uol/Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/776207-aprovacao-mais-alta-do-pt-projeta-bancada-recorde.shtml>. Acessado em 02 nov 2010.

banner giratório com links para os programas da TV PT; um dos destaques é a fala de Lula nos 31 anos de PT. Abaixo destes banners, outros links são disponibilizados: notícias, opinião, fotos, TV PT, Rádio PT, Downloads e acesso restrito à comunidade do PT. Ao clicar nestes links aparecem na parte central do site informações referentes a cada um. Por exemplo, no link notícias, aparecerão sublinks sobre economia, eleições 2010, geral, governo Dilma, governo Lula, institucional, internacional, mídia, modo petista, movimentos, nacional, parlamentos, regional, sociedade. Ao lado deste aparece o menu de busca para notícias, abaixo há algumas notícias em destaques. Ao lado são disponibilizados artigos relacionados a assuntos políticos. Abaixo, ficam links para as últimas notícias. Depois, ao lado um calendário para acessar as notícias anteriores e depois um formulário para receber o informativo do partido. Abaixo outros links: RSS PT, WIDGETS PT, fale conosco, campo para acessar o webmail, expediente, histórico do sítio, especiais. Abaixo destes, há links para as redes sociais: web 2.0; blogs indicados, adicionar aos favoritos, PTTwitter, orkut, facebook, youtube, versão com acessibilidade.

O design do site obedece à padronização da cor oficial do partido; o vermelho, bem com aplicação do logotipo na criação do layout das outras páginas. A cada ano de aniversário é desenvolvido um logotipo e este é disponibilizado para download no site. A navegação do site é feita por um menu global e local, como citado anteriormente, uma navegação de busca rápida é oferecida entre o menu global e os banners. Outro destaque do site é o acesso para deficientes visuais. A atualização dos sites está focada na atualização diária das notícias, o restante da construção do site, banners e links tem pouca atualização.

Para entendermos a estrutura organizacional do partido através do site será importante analisarmos o conteúdo disponível. O conteúdo do site do PT dá prioridade para as ações do partido no governo, por exemplo, no link download está o plano de governo da Presidente Dilma Rousseff. Para conhecer melhor a estrutura, ao clicar no link partido é possível ver outros submenus que mostram a organização, em cada link é possível conhecer os integrantes: Diretório nacional; Conselho fiscal; comissão de ética e disciplina; comissão executiva nacional; Diretórios estaduais (contatos dos diretórios nos diferentes estados). Já o link documento, disponibiliza as resoluções, os planos de governo, as notas e as moções, o estatuto do PT, os documentos históricos e o código de ética. Nos documentos históricos é



possível acessar um documento que fala da formação do partido: “O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá”. Isto mostra que o site apresenta uma atenção às questões institucionais do partido, ou seja, as notícias tem como sujeito o partido. De fato, como o PT é governo, algumas notícias estão relacionadas ao seu desempenho. O website também destaca a ligação do partido com os movimentos sociais, em especial a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A partir dos dilemas apresentados por Panebianco é possível ver a página do partido como um lugar oficial da voz do partido. No site é possível entender a estabilidade organizativa e a distribuição de incentivos coletivos e seletivos. O website pode atingir grupos mais amplos que o geral, tais como: lideranças internas e externas, profissionais de comunicação (como jornalistas e assessores), simpatizantes e militantes.

Por se tratar de um artigo não foi possível desenvolver uma análise mais apurada sobre a questão proposta. Porém, não se tem a pretensão de encerrar neste ponto, uma vez que os websites de partidos políticos apresentam elementos riquíssimos para uma análise mais aprofundada.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A; Martins, A. **Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na web**. XIX encontro da COMPÓS, PUC, Rio de Janeiro, 2010.
- BRAGA, M. S.S. **Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo**. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, 2008.
- DOWNS; A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DUVERGER, M. **Los Partidos Políticos**. México:Fundo de Cultura Económica, 1957.
- HARMEL, R; JANDA, K. **An integrated theory of party goals and party change**. Journal of theoretical politics. 1994.
- LACERDA, A. D.F. **O PT e a Unidade Partidária como problema**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.45, nº1, 2002.
- MENEGUELO, R. **PT A formação de um partido 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- MICHELS, R. 1876-1936. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1982.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RÖMMELE, A. **Political Parties, party communication and new information and communication Technologies**. Party Politics., 2003.
- SARTI. **A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1996
- STRÖM, K. **A Behavioral theory of competitive political parties**. American Journal of Political Science, 1990.